

GABINETE DO VEREADOR GILMAR NASCIMENTO
2º COMISSÃO CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO (CCJR)

PROJETO DE LEI Nº 823/2025.
AUTORIA: EXECUTIVO MUNICIPAL
Mensagem n. 103/2025.

EMENTA: AUTORIZA o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), com a garantia da União e dá outras providências.

PARECER

I – DO RELATÓRIO

Versam os presentes autos acerca de Projeto de Lei, da **EXECUTIVO MUNICIPAL, AUTORIZA** o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), com a garantia da União e dá outras providências.

A propositura foi deliberada no plenário no dia 09/12/2025, em **REGIME DE URGÊNCIA.**

A propositura foi encaminhada para a **Procuradoria Legislativa** no dia 09/12/2025 para a devida emissão de parecer.

Recebida pela **2ª Comissão de Constituição, Justiça e Redação**, foi distribuído ao Relator **Vereador Gilmar Nascimento** na data de 09/12/2025.

1.1. Objeto e Finalidade da Propositura (PL Nº 823/2025)

O Projeto de Lei Nº 823/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal, veiculado pela Mensagem N. 103/2025, tem por objeto fundamental a obtenção de autorização legislativa para contratar uma operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), contando com a garantia da União Federal.

GABINETE DO VEREADOR GILMAR NASCIMENTO

A operação está limitada ao valor máximo de US\$ 195.000.000,00 (cento e noventa e cinco milhões), com a possibilidade de ser contratada em dólares americanos ou ienes japoneses, conforme o Art. 1º do Projeto de Lei.

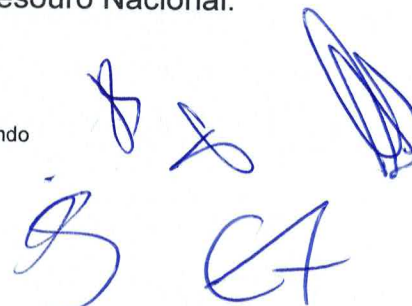
A destinação dos recursos está detalhada no Art. 2º, que estabelece o uso integral para a reestruturação de dívidas internas, no contexto do Programa de Eficiência Fiscal e Ambiental de Manaus (PROEFIS MANAUS). A justificativa do Executivo e o Parecer Técnico da Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Tecnologia da Informação (SEMEF) convergem ao indicar que a finalidade precípua é a melhoria da saúde fiscal do Município. A operação visa substituir débitos internos mais onerosos por um financiamento de longo prazo que ofereça condições substancialmente mais vantajosas, promovendo a redução dos custos atuais (juros e encargos) e a ampliação dos prazos de pagamento.

1.2. Iniciativa e Documentação Instrutória

A propositura, por tratar de matéria orçamentária, financeira e de endividamento público, é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, cumprindo assim o requisito constitucional de competência. O Executivo solicitou a apreciação em regime de urgência, motivada pela relevância da matéria.

Em atendimento ao disposto no Art. 231 da Resolução n. 092/2015 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Manaus, a Mensagem N. 103/2025 informa que o Projeto de Lei foi devidamente instruído com a documentação necessária para subsidiar a análise do Legislativo. Destacam-se dois documentos cruciais para a análise de elegibilidade e viabilidade:

1. **Parecer Técnico da SEMEF:** Datado de 04 de dezembro de 2025, o parecer atesta a viabilidade técnica e a vantagem estratégica da operação. A SEMEF conclui que a medida é robusta para melhorar o perfil da dívida pública e consolidar o ajuste fiscal, com o objetivo de preservar ou alcançar a classificação de Capacidade de Pagamento "CAPAG A" junto ao Tesouro Nacional.



GABINETE DO VEREADOR GILMAR NASCIMENTO

2. Aprovação do Pleito na 180ª Reunião da Comissão de Financiamentos

Externos (COFIEIX): O pleito foi submetido e aprovado pela COFIEIX, órgão ligado ao Ministério do Planejamento e Orçamento Federal, em reunião realizada em 18 de junho de 2025. A inclusão deste resultado na instrução do PL é de suma importância. A aprovação da COFIEIX funciona como o primeiro e mais significativo atestado federal de legalidade e capacidade fiscal do Município. Isso demonstra que Manaus cumpre as exigências macrofiscais e os limites de endividamento estipulados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC N° 101/2000) e pelas regulamentações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). A validação federal do projeto e da capacidade de pagamento do Município mitiga os riscos inerentes à operação para o Legislativo Municipal e constitui um pré-requisito formal para a concessão da garantia da União, conforme o Art. 1º do PL. Especificamente, o projeto de Manaus, sob o título "PROGRAMA DE EFICIÊNCIA FISCAL E AMBIENTAL DE MANAUS," foi listado com o valor de US\$ 195 milhões e obteve a recomendação **Aprovado**.

A seguir, a síntese dos principais aspectos da operação:

Table 1: Síntese da Operação de Crédito PL 823/2025

Critério	Detalhe	Referência no PL/Mensagem
Autoria	Executivo Municipal	Mensagem N. 103/2025
Financiador	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)	Art. 1º
Valor Máximo	US\$ 195.000.000,00 (Dólar Americano ou Iene Japonês)	Art. 1º
Garantia Principal	União Federal	Art. 1º

GABINETE DO VEREADOR GILMAR NASCIMENTO

Destinação dos Recursos	Reestruturação de Dívidas Internas (PROEFIS MANAUS)	Art. 2º
Contragarantia à União	Vinculação de Receitas Constitucionais (Arts. 158, 159, I), complementadas por Art. 156, CF/88	Art. 3º e Mensagem
Condição Federal Cumprida	Aprovação COFLEX (180ª Reunião, 18/06/2025)	Anexo da Mensagem

Passo a opinar.

GABINETE DO VEREADOR GILMAR NASCIMENTO
II – DA ANÁLISE DO ASPECTO CONSTITUCIONAL, LEGAL E JÚRÍDICO

No que diz respeito às questões Constitucionais, legais e jurídicos na forma preconizada no art. 38, do Regimento Interno sobre a competência desta comissão *inverbis*:

Art. 38. À Comissão de Constituição, Justiça e Redação compete:

I – receber as proposições que forem deliberadas em Plenário e encaminhá-las à Procuradoria Legislativa para emissão de parecer no prazo de cinco dias úteis, a contar da data do protocolo da Secretaria de Comissões, salvo as proposições em regime de urgência, cujo prazo será de um dia útil;

II – discutir e analisar as proposições priorizando as de relevância, alcance e impacto social;

III – opinar sobre o **aspecto constitucional, legal e jurídico**, de redação técnica legislativa, de todas as matérias em apreciação na Casa, bem como sobre o mérito das composições que versem a respeito de Direito Civil, Comercial, Penal, Administrativo, Fiscal, Processual, direitos políticos da pessoa humana e garantias constitucionais, desapropriação, emigração e imigração;

IV – opinar, também, sobre os recursos previstos neste Regimento, bem como atender ao pedido de audiência oriundo da Mesa Diretora sobre qualquer proposição ou consulta.

(Grifo Nosso)

Conforme o artigo 30 da Constituição Federal de 1988:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)

(grifo nosso)

Na mesma esteira a Lei Orgânica do Município de Manaus - LOMAM, em seu artigo 8º, inciso dispõe:

Art. 8º Compete ao Município:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)

GABINETE DO VEREADOR GILMAR NASCIMENTO

2.1. Da Constitucionalidade Material: O Tema da Vinculação de Receitas

A análise da constitucionalidade de um Projeto de Lei que autoriza operação de crédito com garantia da União deve focar, primariamente, na conformidade do Art. 3º com o regime constitucional da despesa pública.

2.1.1. A Exceção à Regra de Não Vinculação (Art. 167, § 4º da CF/88)

O Art. 167, IV, da Constituição Federal estabelece a regra da não vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, excetuadas, dentre outras, as destinações para garantia ou contragarantia de operações de crédito. O § 4º do mesmo artigo é a base constitucional para operações de endividamento que exigem garantia da União:

O disposto no inciso IV do caput do art. 167 não se aplica à vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos, de que trata este artigo, aos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, I, 'b', 'd', 'e' e 'f', e a que se refere o § 9º do art. 198, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e aos seus entes.

O Art. 3º do PL 823/2025 utiliza essa exceção ao autorizar o Poder Executivo a vincular, como contragarantia à garantia da União, as receitas de repartição constitucional previstas nos artigos 158 e 159, inciso I, alíneas "b", "d", "e" e "f".¹ Estas são as cotas de participação do Município no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre exportação, no ICMS, e outras transferências constitucionais.

Adicionalmente, o Art. 3º permite que essas receitas sejam complementadas pelas receitas tributárias municipais estabelecidas no Art. 156 da CF/88. A vinculação dessas receitas próprias geradas por impostos municipais também se enquadra perfeitamente no permissivo do Art. 167, § 4º da CF/88.

GABINETE DO VEREADOR GILMAR NASCIMENTO

A precisão do Executivo ao citar o Art. 167, § 4º e ao listar as receitas específicas dos Arts. 158, 159 e 156 maximiza a segurança jurídica da operação. Ao aderir estritamente à única exceção constitucional que permite a vinculação de receitas tributárias para este fim, o Projeto de Lei evita qualquer risco de inconstitucionalidade material por quebra do princípio da não vinculação, que frequentemente é objeto de questionamento em operações de crédito.

2.1.2. O Caráter Irrevogável e Irretratável (Pro Solvendo)

O Art. 3º do PL determina que a vinculação das receitas se dará em caráter "irrevogável e irretratável, a modo *pro solvendo*". Este requisito não é apenas técnico, mas sim de natureza jurídica essencial para a validade da contragarantia perante a União e o BIRD.

O termo *pro solvendo* implica que a vinculação das receitas opera automaticamente, em favor da União, em caso de inadimplência do Município no pagamento do serviço da dívida. Esta cláusula confere a liquidez e a segurança exigidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para a concessão da garantia federal. Portanto, a inclusão deste dispositivo é um ato de estrita legalidade e técnica financeira, necessário para conferir eficácia à contragarantia.

2.2. Da Legalidade Infraconstitucional (Lei de Responsabilidade Fiscal - LC N° 101/2000)

O Projeto de Lei reafirma seu compromisso com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC N° 101/2000), notadamente no Art. 2º, que impõe a observância da legislação vigente. Além da comprovação da elegibilidade fiscal através da aprovação da COFIEIX, os artigos 4º, 5º e 6º do PL garantem a conformidade com a LRF no âmbito do planejamento e da execução orçamentária da dívida.

2.2.1. Consignação dos Recursos da Operação de Crédito como Receita (Art. 4º)

GABINETE DO VEREADOR GILMAR NASCIMENTO

O Art. 4º estabelece que os recursos do empréstimo deverão ser consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais, em conformidade com o Art. 32, § 1º, II, da LRF. Este é um imperativo de técnica orçamentária que assegura a transparência da origem e a correta incorporação do principal do financiamento no fluxo de caixa municipal, viabilizando legalmente sua aplicação para reestruturação das dívidas internas.

2.2.2. Dotação para Pagamento dos Encargos (Art. 5º)

O Art. 5º obriga que os orçamentos ou créditos adicionais consignem as dotações necessárias para as amortizações e para o pagamento dos encargos anuais relativos ao contrato. Essa previsão é um pilar da responsabilidade na gestão fiscal, garantindo que o Município se comprometa a prever e reservar anualmente os recursos necessários para honrar o serviço da dívida (principal e juros), evitando desequilíbrios orçamentários futuros.

2.2.3. Autorização para Abertura de Créditos Adicionais (Art. 6º)

O Art. 6º autoriza o Chefe do Executivo a abrir créditos adicionais destinados a cobrir as obrigações.¹ Dada a natureza de longo prazo da operação e o fato de ser contratada em moeda estrangeira (dólar ou iene), esta autorização é uma ferramenta de gestão necessária. Ela confere a flexibilidade orçamentária para acomodar possíveis variações cambiais que possam aumentar o custo do serviço da dívida ou realizar ajustes no cronograma de desembolso e pagamento.

2.3. Da Técnica Legislativa

A técnica legislativa empregada no PL 823/2025 é considerada adequada e rigorosa.

GABINETE DO VEREADOR GILMAR NASCIMENTO

É crucial notar que o Projeto de Lei separa com clareza a natureza jurídica de cada ato financeiro. O Art. 3º define a **contragarantia** (vinculação de receitas), que é um ato de segurança para a União e o BIRD em caso de default municipal. Em contraste, os Artigos 4º, 5º e 6º tratam de **planejamento orçamentário e execução financeira** para a gestão da dívida pelo próprio Município.

Esta distinção não é meramente formal; ela evita a confusão comum entre o ato de garantia (o sequestro potencial de recursos pelo Tesouro em caso de inadimplência) e o ato de gestão orçamentária (a previsão da receita e da despesa no orçamento municipal). O rigor na separação dessas funções garante a coerência normativa e a conformidade com a LRF, impedindo a ocorrência de falhas técnicas que poderiam gerar insegurança jurídica ou interpretações conflitantes.

Table 2: Matriz de Conformidade Legal e Técnica do PL 823/2025

Aspecto Legal/Financeiro	Dispositivo do PL	Requisito Atendido	Natureza Jurídica
Contragarantia	Art. 3º	Exceção Art. 167, § 4º CF/88	Segurança da União e Elegibilidade
Receita do Principal	Art. 4º	Art. 32, § 1º, II, LRF	Transparência e Execução Orçamentária
Despesa de Encargos	Art. 5º	Responsabilidade Fiscal (LRF)	Planejamento e Serviço da Dívida
Compliance Federal	Mensagem/Anexo	Aprovação COFIE (Pré-condição)	Legalidade Formal e

GABINETE DO VEREADOR GILMAR NASCIMENTO

			Capacidade de Pagamento
--	--	--	-------------------------

III. ANÁLISE DO MÉRITO, OPORTUNIDADE E CONVENIÊNCIA

A avaliação do mérito da proposta deve ser feita sob a ótica da conveniência e oportunidade da operação para a gestão fiscal de Manaus, considerando os objetivos de longo prazo do Programa de Eficiência Fiscal e Ambiental de Manaus (PROEFIS MANAUS).

3.1. Vantagem Econômico-Financeira e Geração de Espaço Fiscal

O mérito financeiro central da proposta reside na reestruturação estratégica da dívida interna. O Parecer Técnico da SEMEF indica que a operação de crédito, realizada na modalidade DPL (Development Policy Loan), visa trocar passivos internos que possuem um custo de capital mais elevado por um financiamento de longo prazo junto a uma instituição multilateral.

Os benefícios financeiros da operação são inquestionáveis:

1. **Melhoria do Perfil da Dívida:** Redução dos custos atuais (juros e encargos) e ampliação dos prazos de quitação, o que, conseqüentemente, alivia o impacto das parcelas anuais no orçamento.
2. **Geração de Espaço Fiscal:** A reestruturação é uma medida robusta que visa consolidar o ajuste fiscal. A principal vantagem estratégica reside na capacidade da operação de liberar recursos próprios anteriormente comprometidos com o pagamento de dívidas mais caras. A SEMEF estima que a operação pode gerar um significativo espaço fiscal para novos investimentos prioritários (infraestrutura, ambiental, saúde e educação), avaliado em aproximadamente **R\$ 900 milhões ao longo de 7 anos.**

GABINETE DO VEREADOR GILMAR NASCIMENTO

O mérito, neste contexto, não é apenas obter um empréstimo, mas sim utilizar o crédito externo como uma ferramenta para a *liberação* de capacidade de investimento do Município. A geração de R\$ 900 milhões em espaço fiscal funciona como um poderoso catalisador para que Manaus realize investimentos essenciais para o desenvolvimento urbano e social, sem aumentar o endividamento líquido total, mas sim otimizando o seu custo.

3.2. O Alinhamento Estratégico do PROEFIS MANAUS (Pilar Fiscal e Ambiental)

O PROEFIS MANAUS transcende a mera renegociação de dívidas, sendo um programa de desenvolvimento estrutural que possui uma dupla finalidade: fiscal e socioambiental.

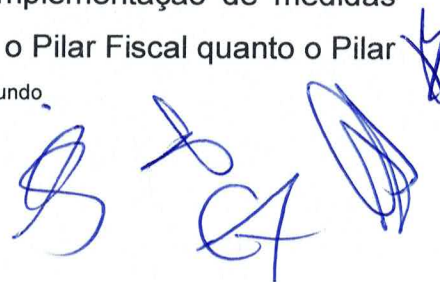
3.2.1. O Pilar Fiscal e o Equilíbrio Macroeconômico

O programa busca, primariamente, consolidar o ajuste fiscal. Suas metas incluem a reestruturação financeira (redução da pressão orçamentária e alongamento de prazos) e o equilíbrio fiscal, limitando o crescimento dos gastos regulares para preservar ou alcançar a cobiçada classificação "CAPAG A". Atingir ou manter o status CAPAG A é vital, pois permite ao Município acessar novas linhas de crédito e obter a garantia da União com maior facilidade e melhores condições no futuro, solidificando a sustentabilidade financeira.

3.2.2. O Pilar Socioambiental e a Credibilidade Internacional

O financiamento do BIRD está concentrado no componente **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIOAMBIENTAL SUSTENTÁVEL**. O programa apoia políticas públicas orientadas à bioeconomia, ao equilíbrio social e à gestão sustentável dos recursos naturais.

A reestruturação da dívida está condicionada à implementação de medidas estruturais definidas em marcos legais, englobando tanto o Pilar Fiscal quanto o Pilar



GABINETE DO VEREADOR GILMAR NASCIMENTO

Ambiental. Os indicadores do programa, além de monitorarem a redução do custo da dívida, reforçam o pilar ambiental, que constitui a contrapartida não financeira acordada com o BIRD.

A adesão a um programa com pilar socioambiental estabelecido pelo BIRD demonstra um compromisso institucional com a otimização da gestão pública e a melhoria da qualidade de vida, alinhado a padrões internacionais de sustentabilidade. Essa parceria, condicionada a reformas fiscais e ambientais, confere ao Município de Manaus um selo de credibilidade junto a investidores e parceiros globais.

A aprovação do PL é, portanto, uma oportunidade institucional para impulsionar a agenda da bioeconomia e da resiliência climática por meio de reformas estruturais exigidas pelo financiador, elementos que seriam perdidos em caso de recusa da propositura.

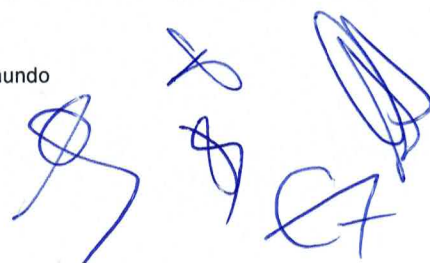
IV. ANÁLISE DO QUÓRUM DE VOTAÇÃO E REQUISITOS REGIMENTAIS

A apreciação de matéria relativa à autorização de operações de crédito, empréstimos ou financiamentos de longo prazo, como o Projeto de Lei N° 823/2025, deve observar as regras de quórum estabelecidas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Manaus.

O Art. 231 da Resolução n. 092/2015 (Regimento Interno) estabelece os requisitos para o processamento e votação de tal matéria:

*Art. 231. A Câmara apreciará pedido de autorização para empréstimo, operações de crédito de qualquer natureza, a serem realizados pelo Município, mediante aprovação do Plenário, **por maioria simples**, desde que instruídos com parecer de órgãos competentes do Poder Executivo e documentos que a habilitem a conhecer perfeitamente a operação, os recursos para satisfazer os compromissos e a sua finalidade.*

Em decorrência do comando regimental expresso, o quórum de votação necessário para a aprovação do Projeto de Lei N° 823/2025 é o de **Maioria Simples**



GABINETE DO VEREADOR GILMAR NASCIMENTO

dos Vereadores presentes na sessão, desde que haja quórum mínimo para a deliberação (maioria absoluta).

A análise do Projeto de Lei N° 823/2025 demonstra que a propositura atende integralmente aos requisitos de instrução e mérito impostos pelo Art. 231 do Regimento Interno, conforme detalhado abaixo:

Cumprimento dos Requisitos do Art. 231 do Regimento Interno

Requisito Regimental (Art. 231)	Fato Comprovado no PL 823/2025	Referência Documental
1. Instruído com parecer de órgãos competentes do Poder Executivo	O processo está instruído com o Parecer Técnico da Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Tecnologia da Informação (SEMEF) . A SEMEF atesta a viabilidade técnica e a vantagem estratégica da operação para a reestruturação da dívida e ajuste fiscal. ¹	Mensagem N. 103/2025 e Parecer Técnico SEMEF
2. Documentos que a habilitem a conhecer perfeitamente a operação	O projeto está instruído com a Aprovação do Pleito na 180ª Reunião da Comissão de Financiamentos Externos (COFIE) . A aprovação federal é um atestado de elegibilidade e capacidade fiscal do Município, permitindo ao Legislativo conhecer o grau de <i>compliance</i> do pleito perante a União. ¹	Anexo da Mensagem (Aprovação COFIE)
3. Os recursos para satisfazer os compromissos	O PL prevê os recursos tanto para a contragarantia (vinculação irrevogável e irretroatável de receitas constitucionais, conforme Art. 3º e Art. 167, § 4º da CF/88) quanto para o serviço da dívida (consignação de dotações orçamentárias anuais, conforme Art. 5º). ¹	Art. 3º e Art. 5º do PL
4. A sua finalidade	A finalidade está claramente definida no Art. 2º: Reestruturação de Dívidas Internas no âmbito do Programa de Eficiência Fiscal e Ambiental de Manaus (PROEFIS MANAUS) . O objetivo é reduzir custos, alongar prazos e gerar espaço fiscal para investimentos prioritários. ¹	Art. 2º do PL e Justificativa da Mensagem

GABINETE DO VEREADOR GILMAR NASCIMENTO

Tendo sido cumpridos todos os requisitos de instrução e de mérito previstos no Regimento Interno, a votação da matéria pode ser realizada pelo quórum de Maioria Simples.

V – DO VOTO

Ex positis, o Projeto de Lei em análise não oferece nenhum óbice constitucional, legal e jurídico que impeça seu trâmite nesta Casa Legislativa.

Sendo assim, me manifesto **FAVORAVELMENTE** ao Projeto de Lei nº 823/2025.

Manaus, 09 de dezembro de 2025.



GILMAR DE OLIVEIRA NASCIMENTO

Relator








Thayssa : Contra